



Curso Executivo  
de Liderança Política  
pela Sustentabilidade

**A MUDANÇA DO CLIMA  
É A AGENDA POLÍTICA  
DO SÉCULO XXI**



**REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE –  
IDEALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DO CURSO EXECUTIVO,  
GESTÃO DO PROJETO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA**

**Diretora Executiva**

Mônica Sodré

**Coordenadora do Núcleo de Projetos e Gestão de Rede**

Isabelle Rodrigues

**Coordenador do Núcleo Político**

Samuel Oliveira

**Analista de Projetos**

Ana Júlia Santiago

**INSTITUTO HUMANIZE –  
APOIO PARA A EXECUÇÃO DO RELATÓRIO  
E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

**Diretora Executiva**

Georgia Pessoa

**Gerente de Comunicação e Relações Institucionais**

Tatiana Fauza

**Coordenadora de Projetos**

Rafaella Lopes

**DIÁLOGOS UNIÃO EUROPEIA –  
APOIO PARA A EXECUÇÃO E  
CONCEPÇÃO DO CURSO EXECUTIVO**

**INSPER – PARCEIRO TÉCNICO-ACADÊMICO E  
CONCEPÇÃO DO CURSO EXECUTIVO**

**Equipe técnica:**

Consultora de gestão de conhecimento | Isabela Rahal

Revisão de texto | Érica Amorim

Design e diagramação | Nina Vieira e Yara Santos

## A MUDANÇA DO CLIMA E A AGENDA POLÍTICA DO SÉCULO XXI

Ao longo dos últimos anos, o parlamento federal brasileiro foi palco de debates relevantes que impactam diretamente a agenda do clima. Discussões como a regularização fundiária, licenciamento ambiental, garimpo e regulamentação do mercado brasileiro de carbono tramitam pelo Congresso Nacional, e delas depende, em grande parte, o futuro de um projeto de economia sustentável para o país, e a re colocação do Brasil como nação que lidera a transição do mundo em direção a um desenvolvimento que caiba nos limites do planeta.

Apesar dessa posição de destaque e ampla capacidade de incidir sobre os rumos da política climática, é raro que deputados e deputadas, senadoras e senadores sejam reconhecidos como agentes produtores de política sobre meio ambiente, e – mais do que isso – é raro que sejam responsabilizados na opinião pública pelas condições ambientais do país. É necessário chamá-los à mesa de discussão, entendendo que sustentabilidade não pode ser, nos dias de hoje, assunto relegado à grupos segmentados: ela permeia todas as questões e deve ser levada em consideração em todas as decisões. E para decidir, é preciso antes entender e conhecer. Em

pesquisa realizada em 2021 pela RAPS em parceria com o Instituto Clima e Sociedade e a Fundação Getulio Vargas, descobrimos que, apesar de compreender a importância da agenda ambiental, nossos congressistas têm conhecimento muito superficial acerca das principais ações para incidir sobre ela, assim como não entendem seus papéis, como parlamentares, neste processo.

A difusão dos aprendizados do Curso de Liderança Política pela Sustentabilidade promovida por este relatório, surgiu da crença compartilhada entre a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade e o Instituto humanize de que é preciso ampliar a compreensão de que a sustentabilidade e a agenda do clima são questões do agora e não do futuro, de que crescimento econômico e desenvolvimento sustentável não podem ser dissociados, e que os parlamentares têm responsabilidade e possuem ferramentas para tomar melhores decisões.

Há 10 anos a RAPS acredita e trabalha para que a sustentabilidade permeie a política institucional, sabendo que é através de representantes eleitos democraticamente que se concretizam políticas públicas que melhoram a vida das pessoas. Esperamos que essa publicação e os aprendizados desse programa tragam luz para a necessidade de se traduzir e ampliar a compreensão dessas temáticas, potencializando a atuação de nossos congressistas, e fortalecendo a democracia.

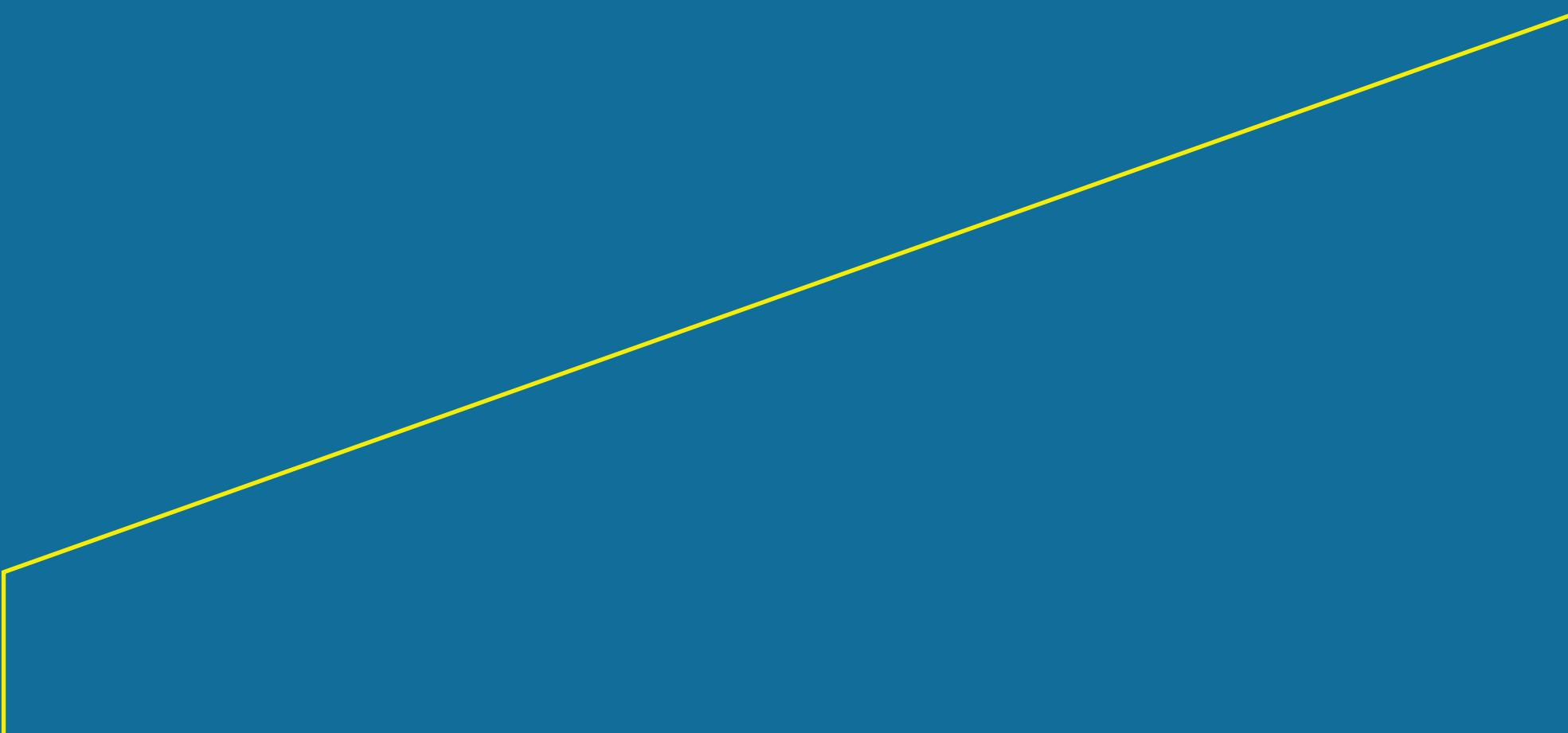
MÔNICA SODRÉ E GEORGIA PESSOA

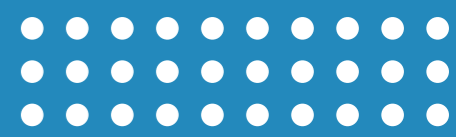




## **SOBRE A REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE (RAPS)**

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) é uma organização apartidária criada em 2012 com a missão de contribuir para a melhoria da democracia, do processo político brasileiro e de disseminar o compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na política institucional. A organização faz isso por meio de apoio, conexão e desenvolvimento de lideranças políticas, de diferentes partidos políticos, origens e ideologias, capazes de colocar as diferenças de lado para dialogar e atuar conjuntamente na busca por soluções concretas para nossos principais desafios econômicos, sociais, ambientais e políticos.





# ÍNDICE

- 4** PALAVRA DA DIRETORIA SOBRE A REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE (RAPS)
- 5** ÍNDICE
- 6** CONTEXTO INICIAL: POR QUE UM CURSO DE LIDERANÇA EM SUSTENTABILIDADE?
  - 8** Um Curso como uma Ferramenta de Advocacy e Mobilização
- 9** COMO ABORDAR ESSE CONTEXTO? OBJETIVO E ESTRUTURA DO CURSO
  - 10** Parlamentares Seleccionados
- 12** IMPLEMENTAÇÃO: PROGRAMA, AULAS E A EXPERIÊNCIA DOS PARTICIPANTES
  - 14** Sobre o Programa do curso e as aulas ministradas
  - 18** Sobre a metodologia do curso
  - 19** Avaliação e *Feedback* dos Participantes
  - 20** Aprendizados e outros *feedbacks* relatados pelos parlamentares
- 21** RESULTADOS
- 23** BIBLIOGRAFIA



## CONTEXTO INICIAL: Por que um curso de liderança em sustentabilidade?

Em fevereiro de 2022, a RAPS, em parceria com o Diálogos União Europeia e o Insper, reuniu doze lideranças políticas do Congresso Nacional durante três dias no campus do Insper, em São Paulo, para um curso executivo sobre sustentabilidade, mudança do clima e lideranças do futuro. Os participantes eram filiados a diversos partidos, identificavam-se com diferentes linhas ideológicas, e representavam todas as regiões do país. O curso teve o propósito de fazer com que os parlamentares participantes pudessem compreender seu papel na implementação de soluções de compromissos previstos na Agenda 2030 e no Acordo de Paris, com o objetivo principal de combater as mudanças climáticas no Brasil.

A iniciativa se fez especialmente necessária diante do contexto social, político e ambiental que vemos no Brasil: o país é hoje o quinto maior emissor mundial de gases de efeito estufa (GEE), e vem registrando um crescimento de 9,5% nas emissões<sup>1</sup> nos últimos anos, sendo impulsionado principalmente pelas sucessivas práticas de desmatamento e queimadas.

.....  
<sup>1</sup> Dados são do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa), do Observatório do Clima.

Esse contexto mostra como o Brasil caminha na contramão dos esforços globais de redução da emissão de gases de efeito estufa. A transição do país para uma economia de baixo carbono é urgente, e essa mudança não é possível sem o engajamento e comprometimento por parte do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional tem a importante capacidade de propor leis, medidas e ações que podem agravar ou mitigar esse quadro, uma vez que uma legislação ambiental passa necessariamente pelo voto dos parlamentares.

Como disse o Senador Fabiano Contarato (PT/ES) durante o curso: “A constituição federal é clara quando determina que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Daí a importância de o político estar permanentemente, independente de identidade partidária, imbuído nesse propósito da efetivação desse direito humano essencial e também institucional”.

Além desse papel estratégico e determinante na construção de um arcabouço legislativo que proteja o meio ambiente e promova ações para o desenvolvimento sustentável, a necessidade de uma formação em sustentabilidade e mudança climática se provou mais relevante diante dos resultados da pesquisa [“A Agenda do Clima no Congresso Nacional”](#), conduzida pela RAPS em parceria com o Instituto Clima e Sociedade e a Fundação Getúlio Vargas, entre fevereiro e maio de 2021. A pesquisa entrevistou 114 deputados, 17 senadores e 27 assessores para entender a compreensão da emergência climática por parte dos parlamentares. Um dos principais pontos concluídos pelo estudo é a revelação de que há divergências importantes entre os congressistas e as posições de seus eleitores: parlamentares acreditam que os eleitores não estão preocupados com a pauta ambiental. Contudo, a pesquisa [“Mudança Climática na Percepção dos Brasileiros”](#), feita pelo ITS Rio, Yale e Ibope com diferentes parcelas da população mostra que isso não é verdade. A população brasileira está, sim, preocupada com questões ambientais, e este interesse tem crescido ao longo

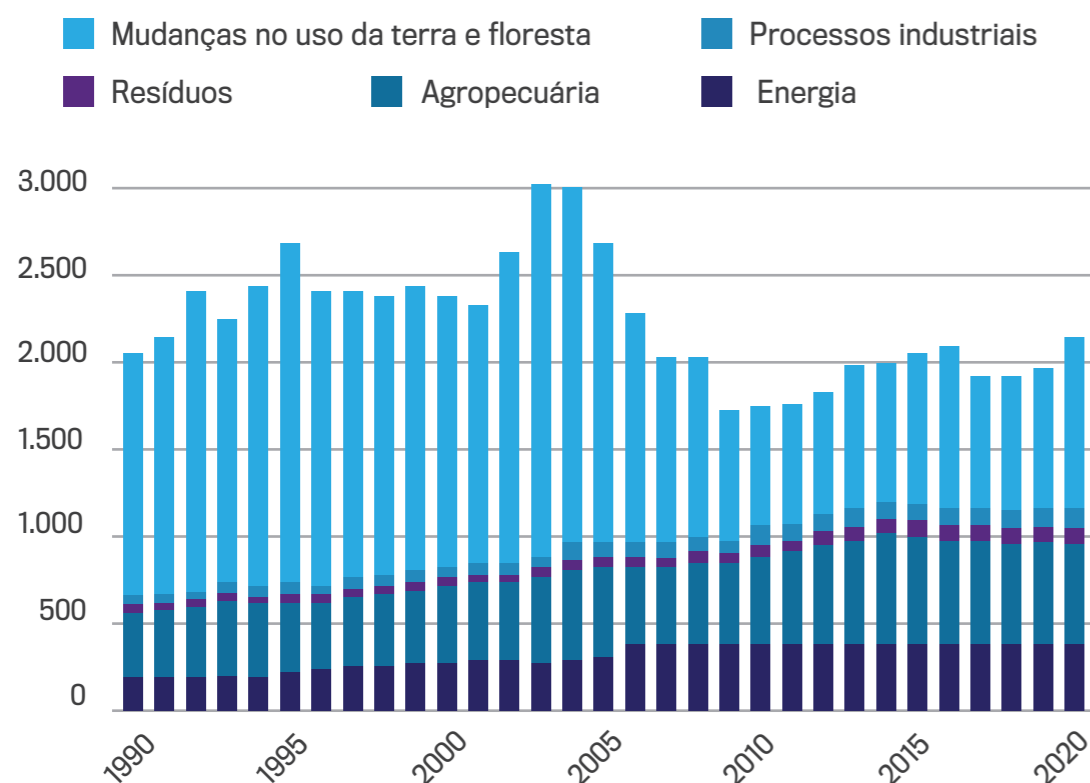
dos últimos anos – 78% da população em 2020, inclusive, disse que o tema é “muito importante”.

A pesquisa também apontou que há um descompasso claro entre as ações que os parlamentares acreditam ser mais importantes e as reais causas das emissões de gases de efeito estufa no nosso país. Isso porque o Brasil, diferentemente da grande maioria dos países, não tem a maior parte de suas emissões advindas de matrizes energéticas, mas, sim, do uso da terra, como mostra o gráfico abaixo. As emissões de gases de efeito estufa geradas a partir do uso da terra – em sua vasta maioria advindas do desmatamento ilegal – foram também responsáveis pelo aumento de 23% das emissões do país entre 2019 e 2020.

No entanto, contrariamente a esta tendência, a maioria dos parlamentares (51%) que responderam à pesquisa acredita que investir em energias renováveis é o melhor caminho para combater as mudanças climáticas no nosso país. Isso demonstrou que há desconhecimento de parte dos parlamentares não somente da importância que a agenda ambiental e climática representa para a população, mas também das melhores e mais efetivas ações a serem tomadas em um processo de transição para a economia de baixo carbono. Foi com base neste contexto de descompasso entre a visão de parlamentares e a do eleitor brasileiro que a RAPS investiu na criação de uma formação para parlamentares, o “Curso Executivo de Liderança Política pela Sustentabilidade”.

## Brasil registrou em 2020 maior emissão de CO<sub>2</sub> desde 2006

Emissões em toneladas



Fonte: SEEG/Observatório do Clima

A Deputada Leandre (sem partido/PR), uma das participantes do curso, se pronunciou em relação a este desafio: “Sempre que a gente precisa colocar na agenda e discutir temas, de uma certa medida, complexos, que exigem ações intersetoriais e que estão no domínio de conhecimento de poucas pessoas, [é sempre um desafio para nós] fazer com que isso chegue em um número maior possível de pessoas”.

Essa declaração demonstra que uma melhor compreensão das políticas públicas necessárias é essencial para que os parlamentares sejam parte da solução, atuando na direção correta para um futuro sustentável no Brasil.

## Um Curso como uma Ferramenta de Advocacy e Mobilização

É importante entender que *advocacy* é uma estratégia para influenciar os tomadores de decisão para que façam mudanças nas políticas públicas (Pathfinder, 2011). Nesse segmento, a RAPS atua em prol da proteção do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, da promoção da Agenda Climática e da defesa da democracia como interesse público, e utilizou o curso executivo como uma das ferramentas para conscientizar um grupo de parlamentares selecionados de acordo com as temáticas relacionadas à sustentabilidade, meio ambiente e mudança do clima.

O conhecimento e a difusão de informação são a base para avançar qualquer agenda, mobilizar e promover mudanças estruturais em políticas públicas. Afinal, como as lideranças podem entender a urgência do combate às mudanças climáticas se não compreendem minimamente o problema e suas causas no Brasil? Mais ainda: como podem construir soluções técnicas complexas, como a instituição de um mercado de carbono e a atração de investimentos para a economia verde se não entendem o escopo e as ferramentas desses arranjos? Além disso, vale ressaltar um ponto importantíssimo, e que serviu também de inspiração para a criação do curso: a constatação de que, na política, não é possível o avanço da agenda de clima, meio ambiente e sustentabilidade sem o devido diálogo entre diversos campos ideológicos e, principalmente, sem a permeabilidade da compreensão de urgência e relevância do tema em todos eles. A sustentabilidade precisa ser alcançada em todos os setores da sociedade e, por isso, exige o diálogo de parlamentares que representem esses setores.

O curso, portanto, foi desenhado para promover a construção conjunta de conhecimento, de maneira horizontal entre docentes e participantes, estimulando o diálogo e a busca de soluções conjuntas entre os participantes, de modo a minimizar a polarização e incentivar a colaboração entre parlamentares, independente de seus partidos, campos ideológicos e setores da sociedade em que atuam.





---

## COMO ABORDAR ESSE CONTEXTO? Objetivo e estrutura do curso

Com base nos diagnósticos apresentados, o curso foi pensado para aprofundar o conhecimento dos parlamentares convidados sobre a agenda sustentável, contribuindo para o desenvolvimento de lideranças políticas no Congresso Nacional. Além disso, buscou-se fomentar a disposição e abertura ao diálogo para uma ação concentrada, mesmo advinda dos diferentes campos ideológicos lá representados pelos participantes.

Os objetivos do curso resumem-se em:

- 1) conscientizar os políticos brasileiros dos riscos das mudanças climáticas para o Brasil, destacando os riscos de impactos sociais e econômicos associados às suas consequências;**
- 2) demonstrar os caminhos que podem ser tomados para combater as mudanças climáticas e atenuar seus efeitos, qualificando tecnicamente os parlamentares brasileiros;**
- 3) proporcionar uma reflexão sobre o papel do Congresso brasileiro na busca de soluções relativas ao desenvolvimento sustentável, estimulando o diálogo acerca de soluções práticas e, ao mesmo tempo, diminuindo a polarização ideológica a respeito do tema; e**
- 4) incentivar experiências e intercâmbio de melhores práticas entre os congressistas brasileiros e a União Europeia, estimulando o desenvolvimento das políticas públicas do Brasil.**

## Parlamentares Selecionados

Foram convidados Deputados e Senadores que fazem parte da rede de lideranças RAPS, com diferentes níveis de entendimento e familiaridade acerca do tema: os que tinham um bom nível de conhecimento; os que gostariam de se aproximar e precisam de apoio técnico para aprender; e os que estavam mais afastados do tema da sustentabilidade, mas são congressistas estratégicos – ou seja, congressistas de um campo ideológico que geralmente não se identifica com a questão, ou parlamentares de destaque com a capacidade de influenciar um grande número de outros congressistas.

A RAPS observa a atuação parlamentar de suas lideranças e demais congressistas com uma ferramenta de acompanhamento e monitoramento desenvolvida pela própria organização. A partir das informações disponibilizadas pelo serviço de dados abertos da Câmara dos Deputados, esta ferramenta consegue exprimir alguns indicadores. As matérias selecionadas pela ferramenta têm indicação de votação nominal e temática ligada à sustentabilidade e aperfeiçoamento da democracia, eixos caros à RAPS.

A partir do registro dos votos nominais, os parlamentares foram agrupados como: **a)** os mais atuantes na agenda da sustentabilidade; **b)** aqueles que precisam aperfeiçoar e melhorar seus posicionamentos e entendimentos sobre as temáticas; **c)** os que estão distantes e afastados da temática por conta de outras agendas, mas que precisam de maior capacitação sobre o assunto. Após identificar os perfis dos parlamentares, a RAPS buscou fazer uma composição destes três grupos na turma selecionada para o Curso Executivo de Liderança Política pela Sustentabilidade.

Além disso, os participantes refletiram também uma diversidade partidária, ideológica e regional, de modo a trazer diferentes perspectivas, enriquecer o diálogo e ampliar os aprendizados obtidos ao longo do curso. Ao todo, 12 congressistas, de 10 partidos diferentes, de todo o espectro ideológico e de todas as regiões do país participaram.

Por fim, estabeleceu-se como condição de participação a permanência dos convidados nas atividades durante todo o período do curso, que durou três dias. Dessa forma, garantiu-se a participação ativa e completa de todos os participantes.

**DESAFIO:** Por um lado, a disparidade do nível de conhecimento dos participantes foi um desafio para a implementação do curso, mas foi importante também para que o conhecimento fosse difundido de maneira horizontal entre eles. Apesar de desafiadora, a existência de diferentes níveis entre os participantes não representou uma barreira ao bom aproveitamento do curso – pelo contrário, trouxe uma importante oportunidade de troca, diálogo e aprendizado entre os diferentes.

**APRENDIZADO:** No futuro, de modo a ampliar ainda mais as possibilidades de troca, podem ser ministradas aulas com maior explicação de conceitos iniciais ou estes podem ser apresentados em um módulo extra. Alternativamente, o envio de material prévio (vídeos ou artigos curtos) pode ser uma maneira em potencial para nivelar o conhecimento prévio de modo ainda mais eficiente.

A partir da seleção feita com o apoio da ferramenta de acompanhamento e monitoramento desenvolvida pela RAPS, chegou-se à seguinte lista de participantes:

- **Deputada federal Adriana Ventura (NOVO/SP)**
- **Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)**
- **Deputado federal Carlos Chiodini (MDB/SC)**
- **Deputado federal Eduardo Costa (PTB/PA)**
- **Senador Fabiano Contarato (PT/SE)**
- **Deputada federal Leandre Dal Ponte (Sem partido/PR)**
- **Deputado federal Marcelo Ramos (PSD/AM)**
- **Deputado federal Pedro Vilela (PSDB/AL)**
- **Deputado federal Professor Israel (PV/DF)**
- **Deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB/SP)**
- **Deputado federal Samuel Moreira (PSDB/SP)**
- **Deputado federal Tadeu Alencar (PSB/PE)\***

\* Os respectivos partidos e cargos correspondem à época em que ocorreu o curso.





# IMPLEMENTAÇÃO Programa, aulas, e a experiência dos participantes

Apresentação do programa do curso e relação das aulas ministradas:

**DIA 1 - 10/02/2022, quinta-feira | período da manhã**

## **MÓDULO 1 - LIMITES PLANETÁRIOS**

PROFESSORA: PRISCILA CLARO (INSPER)

- Os 9 pontos de limites planetários segundo a literatura
- Evidências, desafios e impactos locais e globais
- Construção de políticas públicas
- Visão dos stakeholders, sociedade civil e pressão por mudança

## **MÓDULO 2 - O PACTO ECOLÓGICO EUROPEU (PARTE I)**

PROFESSORA: PRISCILA CLARO (INSPER)

- Introdução ao Pacto Ecológico Europeu: contexto, detalhes, importância e desafios

## **DIA 1 - 10/02/2022, quinta-feira | Período da tarde**

### **MÓDULO 3 - EXTERNALIDADES, BENS PÚBLICOS E INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUSTENTABILIDADE**

PROFESSOR: MARCOS MENDES (INSPER)

- Como conciliar interesses privados e coletivos?
- Casos: Rota 2030, Zona Franca de Manaus e Renovabi

### **MÓDULO 4 - FONTES DE FINANCIAMENTO**

PROFESSORA: ANDREA MINARDI (INSPER)

- Investimento ESG, Estratégias, Greenbonds e sustainability linked to bonds
- Instrumentos blended e catalytic capital, que misturam fontes filantrópicas e privadas com medição de impacto

### **MÓDULO 5 - O PACTO ECOLÓGICO EUROPEU (PARTE II)**

PROFESSORA: MERCEDEZ SÁNCHEZ VARELA (ESPECIALISTA CONVIDADA PELO DIÁLOGOS UNIÃO EUROPEIA)

- Aprofundamento do Pacto Ecológico Europeu: desafios, aprendizados e participação da sociedade civil.

- Mercado regulado vs Mercado Voluntário
- Experiência UE e processo de aprendizagem
- EU ETS e oportunidades para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

## **Dia 2 - 11/02/2022 - sexta-feira | período da tarde**

### **MÓDULO 8 - COMUNICAÇÃO DE TEMAS COMPLEXOS**

PROFESSOR: PEDRO BURGOS (INSPER)

- Percepção de causa
- Crowd lobbying, social listening, redes sociais e métricas

### **MÓDULO 9 - LIDERANÇA PARA A IMPLEMENTAÇÃO**

PROFESSORA: NGAIRE WOODS (BLAVATNIK SCHOOL OF GOVERNMENT, OXFORD UNIVERSITY)

- Comunicação com a base eleitoral
- Identificação com causas e mobilização

### **MÓDULO 10 - FECHAMENTO DO DIA**

PROFESSORA: PRISCILA CLARO (INSPER)

## **DIA 2 - 11/02/2022, sexta-feira | período da manhã**

### **MÓDULO 6 - AGRONEGÓCIO**

PROFESSOR: MARCOS SAWAYA JANK (INSPER)

- Agronegócio e sustentabilidade no Brasil: panorama, desafios e alternativas

### **MÓDULO 7 - SISTEMA DE COMÉRCIO DE LICENÇAS DE EMISSÃO NA UE (EU ETS) E OUTROS MERCADOS DE CARBONO (PARTE I)**

PROFESSOR: RENATO ROLDÃO (ESPECIALISTA CONVIDADO PELO DIÁLOGOS UNIÃO EUROPEIA)

## **Dia 3 - 12/02/2022, sábado**

### **MÓDULO 11 - SISTEMA DE COMÉRCIO DE LICENÇAS DE EMISSÃO NA UE (EU ETS) E OUTROS MERCADOS DE CARBONO (PARTE II)**

PROFESSOR: RENATO ROLDÃO

- Comprometimentos do Brasil na COP26
- Workshop de fechamento: O que o Congresso Nacional precisa fazer agora para alcançar os objetivos da Agenda 2030?

O programa do curso foi desenvolvido em parceria com o Insper e com a Delegação da União Europeia no Brasil, e buscou relacionar fortemente os conteúdos do curso com o dia a dia do Congresso Nacional e a temas ligados **aos debates nacionais e internacionais** – buscando dar ferramentas práticas para os parlamentares em sua atuação. O conteúdo também contou com experiências de iniciativas realizadas na União Europeia, apresentadas pelos especialistas convidados, **com o objetivo de inspirar** ações para a realidade brasileira.

Os objetivos principais a serem atingidos no desenvolvimento do programa consistiam em:

- 1) reconhecer problemas e tratar dos limites planetários;**
- 2) explicitar que desenvolvimento econômico e proteção do meio ambiente não são antagônicos – pelo contrário, o desenvolvimento sustentável tem grandes possibilidades de atrair investimentos; e**
- 3) trabalhar a comunicação para temas complexos em tempos de alta polarização, bem como outras habilidades socioemocionais de liderança adaptativa.**

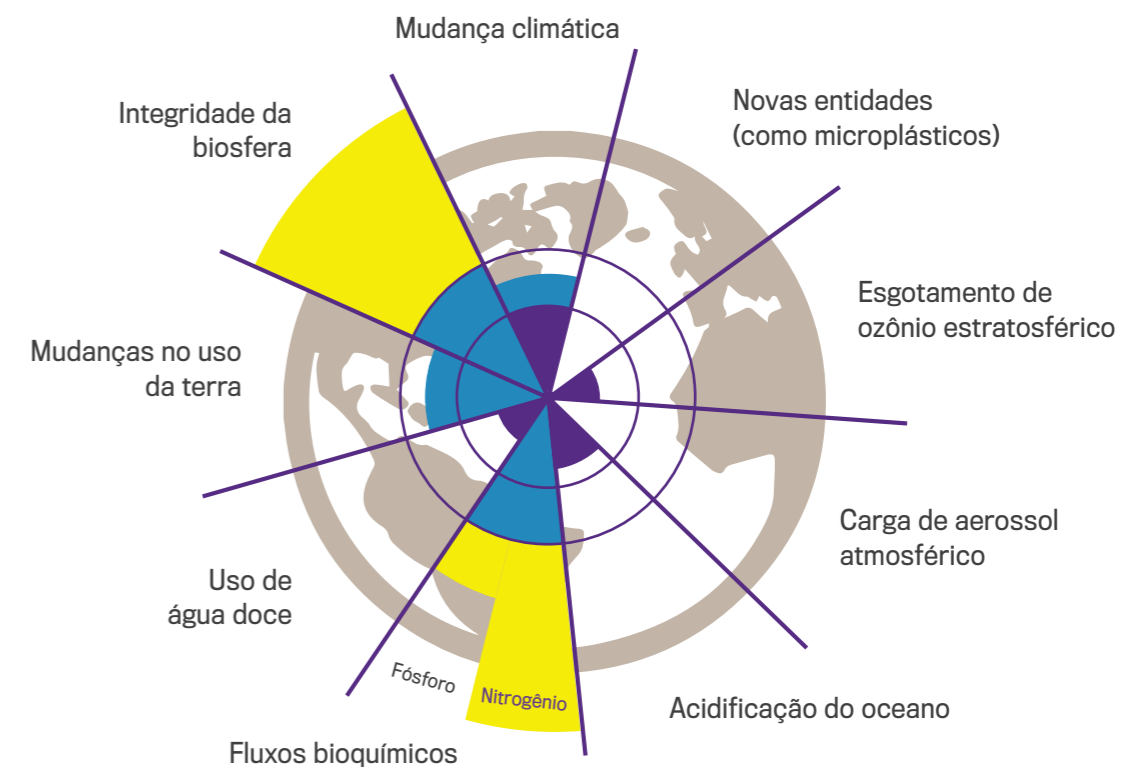
Em resumo, pretendeu-se qualificar os parlamentares com o intuito de que eles tivessem conteúdos e habilidades necessárias para se tornarem agentes políticos para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

**O primeiro dia** começou com uma aula introdutória acerca dos limites planetários, ou seja, os limites do meio ambiente dentro dos quais a humanidade consegue operar sem comprometer sua segurança. A literatura considera que há nove limites planetários que precisam ser levados em consideração pelas atividades humanas para a manutenção do equilíbrio da terra: mudança do clima, novas entidades (como microplástico e substâncias de longa vida), esgotamento do ozônio estratosférico, carga de aerossol atmosférico, acidificação do oceano, fluxos bioquímicos, uso da água doce, mudanças no uso da terra, e integridade da biosfera.

Destes nove limites, três encontram-se em alto risco, dois em risco crescente, e três deles não tiveram o risco quantificado por falta

de evidências científicas. A mudança do clima, que está em perigo crescente, e a integridade da biosfera, que teve seu marco de segurança extrapolado, são considerados limites estruturais devido suas altas capacidades de interferência nas demais dimensões.

### Dos 9 limites da Terra, 4 já foram ultrapassados

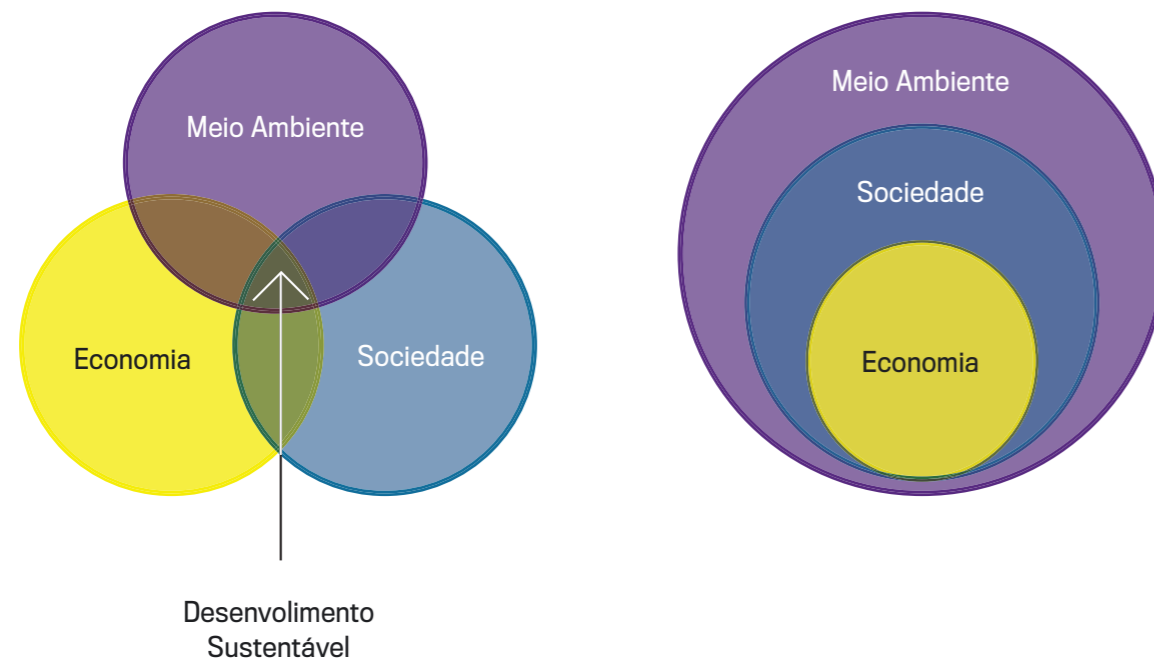


Fonte: BBC - Centro de Resiliência de Estocolmo

#### PARA SABER MAIS, ACESSE:

- Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity
- Nature Risk Rising: Why the Crisis Engulfing Nature Matters for Business and the Economy
- Macrotrends and Disruptions Shaping 2020–2030
- Nem negacionismo, nem apocalipse – Gesner Oliveira e Artur Villela Ferreira, 2021

Além de apresentar o conceito de Limites Planetários, o primeiro módulo teve como objetivos estimular o pensamento sistêmico necessário para compreender o que é o desenvolvimento sustentável, discutir sobre a visão de diferentes stakeholders sobre o problema e falar sobre as pressões por mudança. Também foram apresentados os impactos ao desenvolvimento socioeconômico provocados pela extrapolação dos limites planetários para conscientizar os parlamentares sobre a importância do uso de evidências na criação de políticas públicas dentro do tema da sustentabilidade.



Ao contrário do entendimento tradicional sobre desenvolvimento sustentável, a visão contemporânea não o enxerga como uma intersecção entre o equilíbrio do meio ambiente, economia e sociedade. O desenvolvimento sustentável ocorre quando a sociedade e a economia crescem considerando os limites planetários, ou seja, a importância do equilíbrio do ecossistema tem um peso maior para as tomadas de decisão.

**DESAFIO:** A primeira aula foi essencial para garantir o nivelamento de conhecimento entre os participantes. No entanto, foi dito por alguns deles que a aula poderia ter sido ainda mais completa no sentido de explicar alguns conceitos básicos para a compreensão da sustentabilidade e mudanças climáticas como um todo.

**APRENDIZADO:** Uma possível sugestão para o nivelamento de conhecimento, sem aumentar a extensão do curso, seria o envio prévio do material para estudo. Dessa forma, não seria necessária a exposição de conteúdo básico em sala, o que poderia ser monótono para os participantes com mais conhecimento.

No segundo módulo, os participantes discutiram sobre “Interesses privados e coletivos em políticas públicas de sustentabilidade” abordando os dilemas e possíveis soluções das externalidades positivas e negativas causadas pela exploração dos recursos naturais. Foi explicado neste módulo que sempre que a ação de um indivíduo ou entidades tem efeitos, negativos ou positivos, sobre terceiros, e estes não recebem uma compensação por esses efeitos, consideramos que há uma externalidade.

Quando falamos sobre temas fundamentais para a mitigação e resiliência climática, como uso da terra, transição energética, adaptação urbana, etc., há várias externalidades em jogo que merecem atenção, pois enquanto há beneficiados, há também aqueles que perdem com estes processos e que, portanto, precisam ser recompensados.

Nesta aula, foram discutidos principalmente casos de políticas públicas brasileiras de subsídio fiscal aplicadas em dois contextos: na redução de externalidades negativas geradas por políticas de preservação ambiental na Amazônia, e no estímulo ao uso e produção de biocombustíveis. Os participantes discutiram as efetividades de tais políticas públicas, seus impactos, desafios e caminhos alternativos.

Também no primeiro dia foram feitas aulas no formato on-line acerca do chamado *Green New Deal* europeu. O módulo foi ministrado por uma especialista convidada pelo Diálogos União Europeia, que buscou apresentar aos parlamentares brasileiros uma das políticas públicas mais complexas e estratégicas em sustentabilidade no mundo.

O **Green New Deal** – ou Pacto Ecológico Europeu – nasceu dentro da Comissão Europeia em 2019, e se trata de um acordo entre os países do bloco para tornar a Europa o primeiro continente neutro em emissões de carbono até 2050, tendo como norte os compromissos da Agenda 2030 da ONU.

O acordo estabelece diretrizes e métricas de ação multissetoriais baseadas nos seguintes eixos: clima, energia, agricultura, indústria, meio ambiente e oceanos, transporte, finanças e desenvolvimento regional, e pesquisa e inovação. Foram também definidos objetivos transversais a esses eixos, como: redução de emissões de gases de efeito estufa, geração de empregos e crescimento econômico, fim da pobreza energética, redução da dependência energética estrangeira, e melhora da saúde e bem-estar da população.

As propostas decorrentes do *European Green Deal* devem ser tramitadas no Parlamento Europeu para que o legislativo possa sancionar e regular a nova política. Entre as mais de 15 propostas apresentadas ao Parlamento até então, a Fit for 55 é a mais comentada dentre elas. Trata-se de um pacote de revisões das legislações do bloco que busca endereçar questões como taxação de emissões de GEE de produtos importados, atualizações do *European Trading System*, mudanças no uso da terra, transição energética etc.

O módulo promoveu discussões sobre o trabalho do Parlamento e os desafios e oportunidades para as exportações brasileiras à Europa. Tais debates foram importantes para estimular a compreensão sobre o papel do legislativo federal na busca por um país mais sustentável, assim como o entendimento dos riscos relacionados caso o Brasil não avance em legislações de combate ao desmatamento, redução das emissões de GEE etc.

#### **PARA SABER MAIS, ACESSE:**

A European Green Deal, European Commission  
Fit for 55, European Council of the European Union  
UNIDO Brussels Focus: The European Green Deal, UNIDO, 2020

Fontes de financiamento e investimentos ESG (*environmental, social and governance*) – ou seja, investimentos que levam em consideração critérios de meio ambiente, preocupação social e governança também foram temas abordados. Neste módulo, os participantes do curso puderam compreender melhor o porquê dos esforços do mercado na promoção da sustentabilidade e quais ferramentas estão sendo usados para tal. Foram apresentados e discutidos instrumentos como: títulos verdes, fundos temáticos, estratégias *blended*, filantropia estratégica, entre outros.

**DESAFIO:** Alguns participantes, assim como integrantes da RAPS e organizadores do curso, comentaram que o conteúdo ministrado por professores da União Europeia, especialmente sobre o *Green New Deal*, foi demasiadamente detalhado, abordando especificidades relacionadas à realidade europeia e ao processo operacional. O formato online, com tradução simultânea e o pouco tempo para apresentar os instrumentos da política europeia, dificultaram a compreensão e conexão com a realidade brasileira de modo integral.

**APRENDIZADO:** No futuro, é importante garantir que os temas e conteúdos sejam aplicáveis, e trazer estudos de caso mais próximos à realidade do Brasil, ou talvez de dentro do país, com políticas públicas específicas, ou mesmo políticas de países vizinhos e com características socioeconômicas, institucionais e políticas semelhantes às nossas.



O **segundo dia de curso** começou com uma aula voltada ao agronegócio brasileiro: uso da terra, dinâmica de crescimento e inserção internacional, com destaques para fatores como produtividade e competitividade. O módulo foi iniciado com uma retrospectiva do movimento de tropicalização do agronegócio no Brasil, atentando aos investimentos em P&D necessários para o cultivo de soja e criação de gado no clima tropical, bem como os impactos ambientais gerados pela expansão dessas atividades. O professor também traçou um panorama histórico sobre os impactos do agronegócio no crescimento econômico do Brasil, ressaltando a importância do setor ao país.

O intuito do módulo era apresentar as três faces do agronegócio quando o assunto é sustentabilidade e mudança do clima: vilão, vítima e solução. Ao mesmo tempo em que a agropecuária é responsável por 98,8% do desmatamento no Cerrado (MapBiomas, 2021) e 27% das emissões de GEE (Observatório do Clima, 2021), o setor também é um dos mais impactados pela mudança do clima devido às alterações na temperatura, padrões de chuva, aumento da incidência de pragas e doenças, degradação do solo, entre outras. Para quebrar este paradigma, é necessário que o agronegócio implemente inovações sustentáveis conectadas aos compromissos da Agenda 2030, tais como: sistemas integrados lavoura-pecuária-floresta (ILPF), recuperação das áreas degradadas, adoção de matriz energética limpa, entre outras.

**PARA SABER MAIS, ACESSE:**

Global Risks Report, World Economic Forum

Plataforma MapBiomas

Brazilian agriculture in a world of carbon pricing: challenges and opportunities, Insper AgroGlobal

Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira, Embrapa

**FATOR DE SUCESSO:** O debate acerca do agronegócio foi elogiado por diversos participantes. Isso porque o tema, que vem à tona com frequência no Congresso Nacional, é tratado de maneira extremamente polarizada entre agricultores e ambientalistas. A aula e o ambiente do curso permitiram com que os participantes conversassem, independentemente de suas ideologias e do espectro ideológico em que se encontravam, acerca da agropecuária brasileira e sobre as possibilidades de redução de gases de efeito estufa. Diálogos como esses são essenciais para a busca de soluções e representam um dos principais motivos do curso.

Ainda no segundo dia, outra pauta intensamente discutida foi a de Mercado de Carbono, cujos módulos foram ministrados de maneira remota por um especialista convidado do Diálogos União Europeia, com amplo conhecimento sobre os mercados europeu e chinês. É importante ressaltar que este tema, no período em que ocorreu o curso, estava em ampla discussão na Câmara dos Deputados, o que, dada a oportunidade de mobilização, torna ainda mais relevante acrescentá-lo à grade do de aulas, pois, mesmo sendo complexo, é fundamental para as ações de transição para uma economia de baixo carbono, inclusive diante dos compromissos adotados pelo Brasil e por outros países na Conferência das Partes da ONU (COP 26).

O conceito de Mercado de Carbono, formalmente conhecido como Mercado de Redução de Emissões, surgiu na ECO-92, no Rio de Janeiro, e foi aprofundado com o Protocolo de Quioto, em 1997. A ideia do sistema é regular e estimular a compra e venda de créditos de carbono, isto é, o título de direito de redução ou remoção de uma tonelada de carbono por diferentes indústrias. Atualmente, no Brasil está em vigor o mercado voluntário, o que significa que não há um limite máximo de emissão de GEE permitido pela regulação estatal e que, portanto, a redução de emissões parte de uma deliberação espontânea das indústrias. Em contrapartida, há diversos sistemas de Mercado

de Carbono regulados já implementados mundo afora, como nos mercados da Europa, China, Califórnia, Austrália e Nova Zelândia.

Este módulo do curso buscou discutir a fundo a experiência e aprendizados da União Europeia na implementação do *European Trading System*, e da China na implantação de seu recente mercado regulado; desafios e oportunidades para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões; discussões e compromimentos feitos na COP 26; e oportunidades geradas pelo Acordo de Paris. As aulas buscaram mesclar discussões amplas com a apresentação técnica de ferramentas e conceitos específicos dos Mercados de Carbono.

#### **PARA SABER MAIS, ACESSE:**

Nota técnica: Mercado de Carbono | PL 528/2021, RAPS  
Relatório 2021: Oportunidades para o Brasil em Mercados de Carbono, ICC Brasil e Way Carbon  
EU Emissions Trading System, European Commission  
<https://pmiclimat.org/>

No segundo dia, também foram oferecidos dois módulos referentes a desenvolvimento de liderança: comunicação para temas complexos e liderança para implementação. Ambas as aulas buscaram qualificar os participantes quanto aos meios necessários para a implementação de políticas públicas e legislações ligadas à sustentabilidade, e fortalecimento da pauta junto ao eleitorado. Por fim, foi feito o fechamento com um resumo do que havia sido discutido no dia e debate acerca do tema da Conferência das Partes 26 (COP 26).

**No terceiro e último dia** discutimos os principais aprendizados do curso. Foi feita uma reflexão de modo a identificar lacunas de conhecimento sobre os temas de meio ambiente e sustentabilidade, trazendo aos parlamentares a seguinte pergunta: “o que precisamos saber mais?”. Por fim, os congressistas também foram estimulados

a propor um projeto ou plano de ação aplicado, e a manifestar individualmente como utilizariam o conteúdo aprendido no curso.

**FATOR DE SUCESSO:** Um grande acerto comentado tanto por parlamentares como por integrantes da RAPS, responsáveis pela organização do curso, foi a presença constante de uma coordenadora pedagógica que, em diversos momentos, fez falas de modo a conectar diferentes conteúdos do curso e expor a transversalidade entre os temas da agenda de meio ambiente e sustentabilidade. Foi extremamente importante contar com uma coordenadora que pudesse demonstrar que os temas estão conectados e que é necessário enxergá-los de forma integrada.

## **Sobre a metodologia do curso**

O Curso Executivo de Lideranças Políticas pela Sustentabilidade foi desenhado, em parceria com o Insper e com a Delegação da União Europeia no Brasil, de maneira customizada, valorizando a experiência dos alunos e estimulando constantemente o debate. Para além de aulas expositivas, os parlamentares puderam investir no diálogo necessário para que o tema avance no Congresso, formando entendimentos relevantes para trabalharem juntos no futuro. Todos os alunos estiveram juntos presencialmente no Insper, de modo a gerar espaços informais para troca de experiências e networking nos intervalos entre as aulas. As oportunidades de debate e conversa entre os participantes foram um ponto positivo ressaltado tanto por parlamentares participantes quanto por integrantes da RAPS, organizadores do curso.

É relevante destacar também que o curso foi ministrado de maneira híbrida, ou seja: os participantes estavam presencialmente em São

Paulo, no campus do Insper, mas algumas das aulas foram ministradas de forma remota e online. Isso ocorreu por conta da parceria com a União Europeia, que permitiu que professores europeus ministrassem aulas remotamente, difundindo conteúdos que advinham de experiências bem-sucedidas na área de meio ambiente e sustentabilidade na UE.

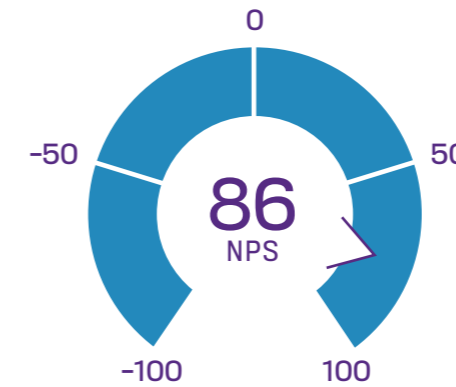
**DESAFIO:** Em avaliações, os congressistas destacaram que as aulas online foram consideravelmente menos produtivas comparadas às aulas presenciais. Os organizadores do curso manifestaram que houve distração por parte dos alunos durante as aulas remotas, e observaram também que o tempo e possibilidade de debate, tão elogiado na maior parte do curso, ficou prejudicado nessas aulas

**APRENDIZADO:** No futuro, é importante avaliar arranjos para que os professores possam vir ao Brasil. Caso contrário, é importante testar outros formatos e trabalhar para que, mesmo à distância, as aulas online permitam debates, perguntas, e uma interação maior entre os participantes e em relação à professora ou professor.

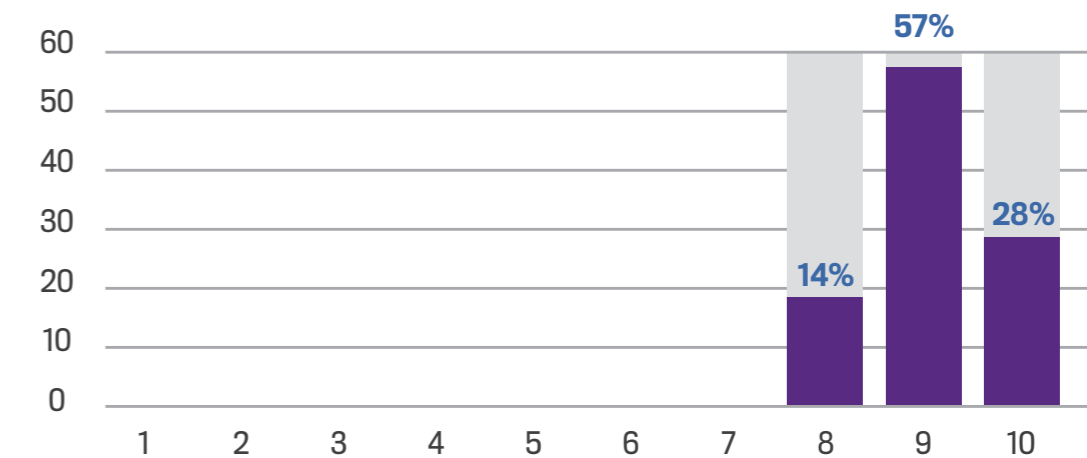
### Avaliação e Feedback dos Participantes

Foram colhidos feedbacks dos participantes da organização do curso e também dos parlamentares, ao final do último módulo, os participantes foram convidados a preencher um formulário de avaliação.

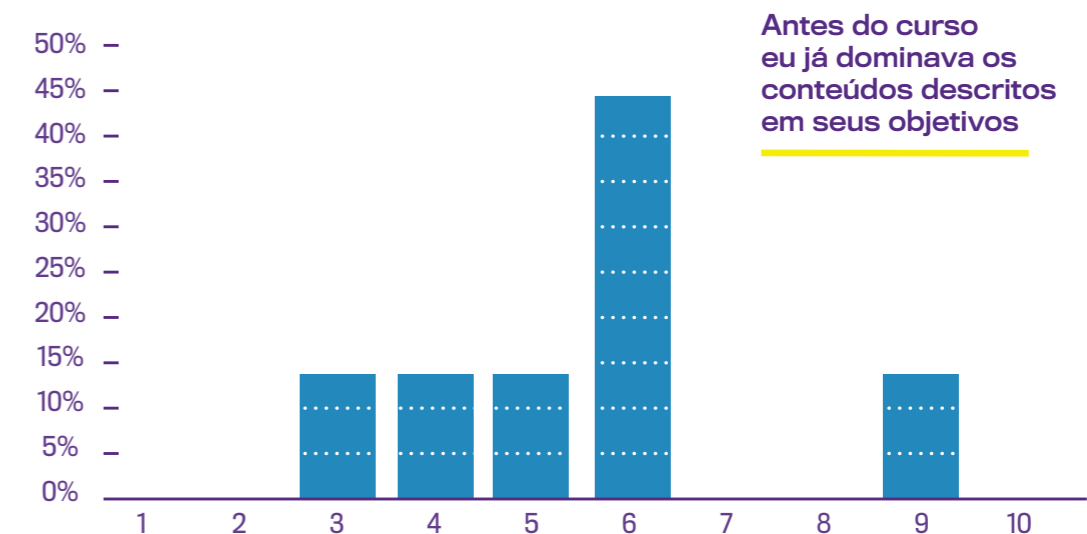
Para a pergunta “Qual a probabilidade de recomendar este curso a um amigo ou colega?”, a grande maioria dos congressistas deu nota de 9 a 10 em uma escala de 0 a 10, ou seja: 85% dos participantes recomendariam com bastante certeza o curso a amigos e colegas. Na escala Net Promoted Score (NPS), que vai de -100 a +100, o indicador foi +86.

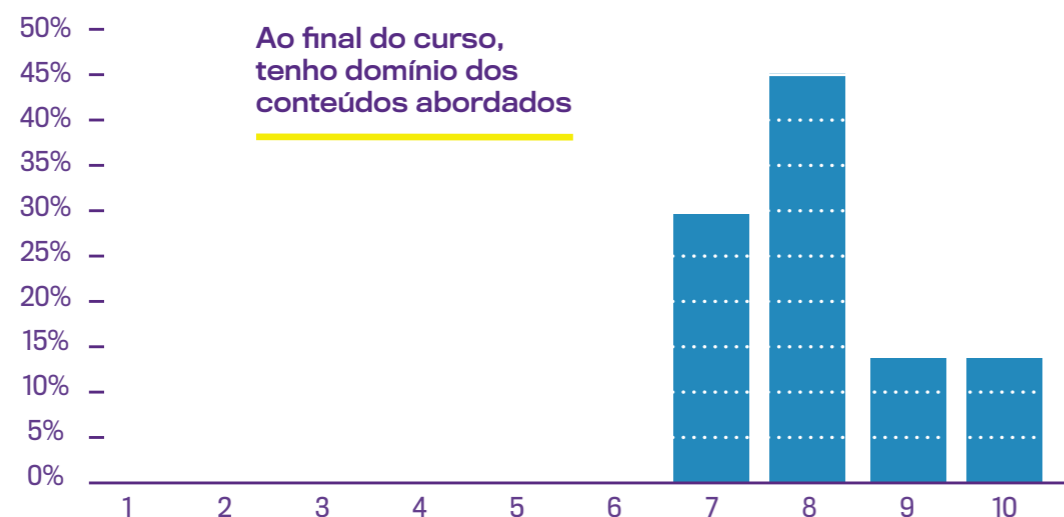


A nota geral do curso dada pelos participantes respondentes também foi consideravelmente alta, já que a média das notas foi de 9,14, tendo os participantes respondentes variado principalmente entre as notas 8, 9 e 10.



Os participantes também manifestaram alta percepção de aprendizagem. Antes do curso, em uma escala de 0 a 10, a média declarada de conhecimento dos assuntos tratados era de 5,57. Após o curso esta avaliação subiu para 8,14, havendo assim um grande salto no nível de conhecimento.





Por outro lado, é importante ressaltar que houve sinalização de alguns pontos de melhoria, sendo o principal deles o fato, já mencionado, de que as aulas online dificultaram o engajamento da turma, prejudicando o aproveitamento da disciplina em questão, a despeito da qualidade da aula ministrada presencialmente pelo professor. Isso ficou demonstrado nas notas dadas às matérias online, cuja avaliação destinada pelos participantes ficou abaixo daquela dada às matérias presenciais.

**FATOR DE SUCESSO:** É importante ressaltar que as aulas melhor avaliadas foram aquelas que geraram maior debate entre os alunos, como a que tratou do agronegócio e as que permitiram conversas acerca dos aprendizados adquiridos. Assim, fica claro que a capacidade do curso em gerar diálogo entre os congressistas participantes foi um dos seus pontos fortes, demonstrando que um dos seus principais objetivos foi atingido.

Também houve uma correlação positiva entre a aplicabilidade da matéria no dia a dia e a sua avaliação por parte dos alunos. No futuro, é importante garantir que todas as aulas tenham forte relação com o cotidiano dos parlamentares e com as políticas públicas aplicáveis para o Brasil. Ou seja: o módulo que tratava da sustentabilidade e do agronegócio, por exemplo, foi bem recebido por trazer para o debate um conflito muito presente no nosso país e, consequentemente, no parlamento brasileiro.

## Aprendizados e outros *feedbacks* relatados pelos parlamentares

Como mencionado, na aula de fechamento, foi dada aos parlamentares a oportunidade de debater o que haviam aprendido ao longo das aulas e outros encaminhamentos futuros. A experiência do curso foi exaltada, principalmente no sentido de que ela seria importante para os mandatos nos próximos anos – indo além, que a experiência tornava os parlamentares mais capazes de chegarem ao Congresso mais bem informados e com uma bagagem maior para defenderem suas posições a favor do meio ambiente. Mais ainda: parlamentares que se encontravam menos envolvidos com a rede de membros da RAPS se pronunciaram no sentido de fomentar uma participação mais ativa no futuro, colocando-se à disposição para apoiar no que for possível e manifestando o desejo de acompanhar de maneira engajada os debates acerca do tema.

Outra sugestão importante dada por um congressista foi a de criar um grupo de estudos com mais informações para auxiliar e apoiar as propostas dos deputados e senadores. Assim, quando houvesse uma discussão sobre algum tema específico, já haveria embasamento para o aprofundamento das discussões.





## RESULTADOS

Após os dois dias e meio de curso, e mediante avaliações, coleta de *feedback* e observações, a RAPS conseguiu observar os seguintes resultados:

**1) Congressistas participantes mais informados acerca das mudanças climáticas, das melhores ações para combatê-las, especificamente no caso brasileiro, e dos melhores instrumentos institucionais para isso. Mais informados também sobre financiamento da transição para uma economia de baixo carbono e tendências de investimentos ESG. Espera-se, com esse resultado, avançar no Congresso o debate a respeito das medidas de mitigação às mudanças climáticas e torná-lo mais qualificado e técnico.**

**2) Fomento de diálogo entre parlamentares de espectros ideológicos distantes, mas que debateram em um ambiente técnico neutro e despolarizado. Espera-se que os debates levantados no âmbito do Curso Executivo de Liderança Política pela Sustentabilidade possam ter continuidade na esfera do Congresso Nacional, contribuindo para a busca conjunta de soluções e para a transversalidade da agenda ambiental e climática em todos os espectros ideológicos.**

**3) Presença dos parlamentares durante todo o período de treinamento do curso. Em meio a agendas extremamente atribuladas, já em um período do ano em que compromissos políticos tomam a agenda de congressistas, foi possível garantir a presença dos participantes durante todo o período de aulas. Isso demonstrou comprometimento com a agenda e com o curso, resultando em discussões muito mais qualificadas de fechamento.**

**4) Avaliações majoritariamente positivas por parte dos participantes. A despeito de níveis de conhecimento diferentes entre os participantes, a avaliação do curso foi predominantemente positiva, com a grande maioria das notas atribuídas ao curso entre 9 e**

10, em uma escala de 0 a 10; as aulas também receberam avaliações igualmente positivas, com alguma exceção para aquelas ministradas virtualmente.

5) Parlamentares mais envolvidos e comprometidos com a RAPS e com a agenda no geral. Ao final do curso, alguns dos parlamentares comentaram que passariam a atuar de maneira mais próxima à RAPS, bem como da agenda ambiental como um todo.

6) Como resultado indireto, é importante ressaltar também a mobilização e engajamento digitais que foram gerados pelo conteúdo postado nas redes dos parlamentares, que têm potencial de alto alcance. A mobilização digital feita por parlamentares que demonstram a importância da agenda é essencial para demonstrar aos demais parlamentares e ao público em geral, principalmente em um ano de eleição, que o tema do meio ambiente e clima deve ter destaque na política brasileira.

## O QUE APRENDEMOS?

Não é usual no Brasil que se promovam cursos como ferramentas de advocacy e mobilização. De fato, o formato do Curso Executivo de Liderança Política pela Sustentabilidade e a maneira suprapartidária na qual ele foi organizado possibilitaram uma iniciativa menos tradicional para mobilização de lideranças.

Diversas organizações vêm fazendo trabalhos importantíssimos de fiscalização dos parlamentares e governo, de mobilização digital da sociedade, e de pressão mais direta em tomadores de decisão, tanto para o avanço da agenda ambiental quanto para o impedimento de retrocessos em temas que vão desde o combate ao desmatamento até a instituição do mercado de carbono, passando por subsídios e incentivo a energias limpas.

Esses esforços são meritórios e necessários. No entanto, a promoção de cursos e a difusão de conhecimento são fundamentais, pois é impossível fomentar o verdadeiro diálogo sem conhecimento. A pressão em parlamentares sempre será menos efetiva se eles não entenderem de fato a urgência em que nos encontramos no que diz respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade.

A princípio, um curso pode gerar menos engajamento que reuniões com especialistas e parlamentares, notas técnicas, ou manifestos, mas é importante que parlamentares e governantes entendam minimamente os temas pelos quais estão sendo cobrados, o motivo pelo qual esses temas são caros à população, e qual é o papel do parlamento nestes eixos e porque temos urgência.

O Curso Executivo de Liderança Política pela Sustentabilidade foi um sucesso, especialmente em termos de participação dos deputados e senadores, considerando a avaliação dada por eles ao curso. O objetivo da RAPS é que, devido ao sucesso e os resultados positivos desta primeira edição do curso, ele seja repetido anualmente e também ampliado, de modo a incluir cada vez mais parlamentares e aumentar sistematicamente o seu impacto e alcance.

Ademais, em um programa futuro, seriam estudadas as possibilidades sugeridas pelos participantes, de fazer visitas a campo, com viagens para locais dentro do Brasil, tais como a Amazônia e o Centro-Oeste para entender, in loco, inovações, políticas de combate ao desmatamento, etc. É importante ressaltar que muitos parlamentares nunca visitaram a região norte do país, por exemplo, e é fundamental conhecer presencialmente aquilo que se busca proteger, assim como entender o funcionamento de políticas públicas na localidade é fundamental para o bom cumprimento do papel de representantes dos congressistas.

Dessa maneira, os parlamentares que forem formados como Lideranças Políticas pela Sustentabilidade saberão levar a pauta adiante, tendo o conhecimento técnico, as ferramentas de comunicação e também o conhecimento das realidades locais.

A luta por um país desenvolvido de maneira sustentável, pela proteção do meio ambiente e pelo combate às mudanças climáticas é complexa, difícil e exige o comprometimento de diversos setores da sociedade. Com os resultados do Curso Executivo de Liderança Política pela Sustentabilidade, fica claro que essa luta passa necessariamente pela formação de lideranças para que elas compreendam verdadeiramente a extensão do problema, suas consequências e como combatê-lo. Como o Deputado Professor Israel argumentou: “Nós precisamos gerar uma tomada de consciência (...) [d]os membros do parlamento sobre a necessidade de se tratar a emergência climática global e outros problemas ambientais que são muito graves, e que precisam de um olhar mais atento com toda a urgência”.

E vamos além: precisamos garantir que essas lideranças sejam, também, porta-vozes do diálogo e de informações acerca do tema. É somente conscientizando e fortalecendo cada vez mais lideranças comprometidas com a pauta que realmente conseguiremos avançar e tornar o Brasil a potência sustentável que o país pode ser.

## Bibliografia

EMBRAPA. **VISÃO 2030**: O Futuro da Agricultura Brasileira. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>. Acesso em: 27 jun. 2022.

EUROPEAN COMMISSION. **A European Green Deal**: Striving to be the first climate-neutral continent. [S. l.], [2019]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en). Acesso em: 27 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **EU Emissions Trading System (EU ETS)**. [S. l.], [2022]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/clima/eu-action/eu-emissions-trading-system-eu-ets\\_en](https://ec.europa.eu/clima/eu-action/eu-emissions-trading-system-eu-ets_en). Acesso em: 27 jun. 2022.

EUROPEAN COUNCIL. **Fit for 55**: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. [S. l.], [2022]. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/green-deal/fit-for-55-the-eu-plan-for-a-green-transition/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FERREIRA, Artur Villela; OLIVEIRA, Gesner. **Nem Negacionismo Nem Apocalipse**: Economia Do Meio Ambiente: Uma Perspectiva Brasileira. 1. ed. [S. l.], 2021. *E-book* (372 p.).

IBOPE INTELIGÊNCIA; INSTITUTO DE TECNOLOGIA & SOCIEDADE DO RIO; YALE PROMAM ON CLIMATE CHANGE COMMUNICATION. **Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros**. [S. l.], 2020. Disponível em: [https://itsrio.org/wp-content/uploads/2022/04/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-IBOPE\\_FINAL.pptx.pdf](https://itsrio.org/wp-content/uploads/2022/04/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-IBOPE_FINAL.pptx.pdf). Acesso em: 28 jun. 2022.

INSPER – GLOBAL AGRIBUSINESS CENTER. **Brazilian Agriculture in a World of Carbon Pricing**: Challenges and Opportunities. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/>

uploads/2022/01/BrAgricultureCarbonPricing\_Dec21.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE (org.). **Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa**: (SEEG). [S. l.], [atualização permanente]. Disponível em: [https://plataforma.seeg.eco.br/total\\_emission](https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission). Acesso em: 27 jun. 2022.

INTERNACIONAL CHAMBER OF COMMERCE - ICC. **OPORTUNIDADES PARA O BRASIL EM MERCAD**. [S. l.], 2021. Disponível em: [https://www.iccbrasil.org/media/uploads/2021/09/27/oportunidades-para-o-brasil-em-mercados-de-carbono\\_icc-br-e-way-carbon\\_29\\_09\\_2021.pdf](https://www.iccbrasil.org/media/uploads/2021/09/27/oportunidades-para-o-brasil-em-mercados-de-carbono_icc-br-e-way-carbon_29_09_2021.pdf). Acesso em: 27 jun. 2022.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (org.). **MapBiomass Brasil**. [S. l.], [atualização permanente]. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PATHFINDER. **Straight to the Point: Advocacy**. [S. l.], 2104. Disponível em: <https://www.pathfinder.org/publication-series/straight-to-the-point-advocacy/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE (RAPS); INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Agenda do Clima no Congresso Nacional**: Uma pesquisa sobre opinião e comportamento dos parlamentares brasileiros. São Paulo/SP, 2021. Disponível em: <https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2021/09/A-agenda-do-clima-no-Congresso-Nacional.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

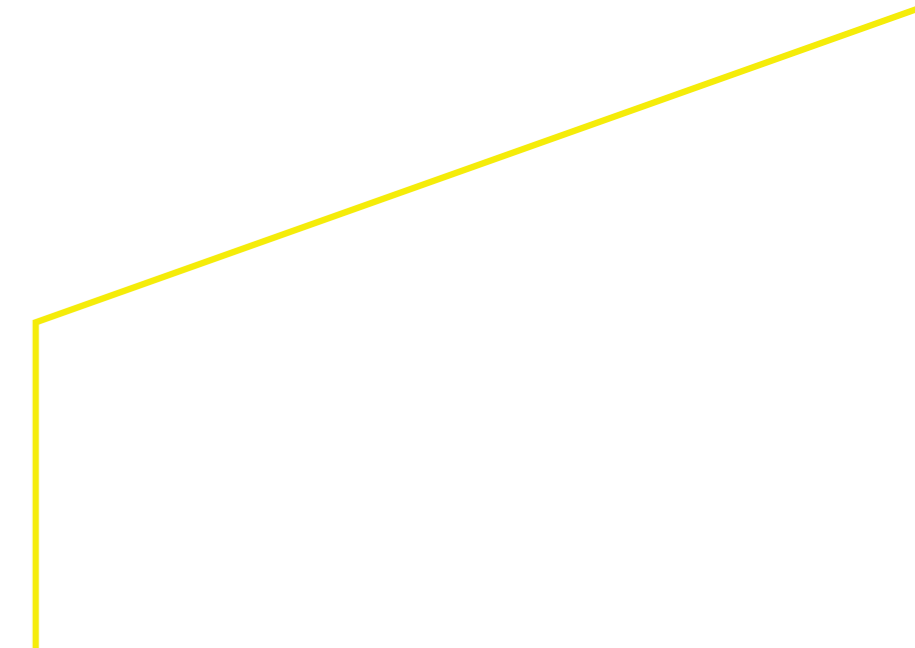
REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE - RAPS. **Nota técnica**: Mercado de Carbono | PL 528/2021. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.raps.org.br/biblioteca/mercado-de-carbono-pl-528-2021/?b=19998>. Acesso em: 27 jun. 2022.

STEFFEN et al **Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity**. [S. l.], 2009. Disponível em: [www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/](http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/). Acesso em: 27 jun. 2022.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **UNIDO Brussels Focus**: The European Green Deal. [S. l.], 2020. Disponível em: [https://www.unido.org/sites/default/files/files/2020-11/EU\\_Green\\_Deal\\_2020.pdf](https://www.unido.org/sites/default/files/files/2020-11/EU_Green_Deal_2020.pdf). Acesso em: 27 jun. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM; PWC. **Nature Risk Rising**: Why the Crisis Engulfing Nature Matters for Business and the Economy. [S. l.], 2020. Disponível em [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_New\\_Nature\\_Economy\\_Report\\_2020.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_New_Nature_Economy_Report_2020.pdf). Acesso em: 27 jun. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2022**. 17. ed. [S. l.], 2022. Disponível em: [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_The\\_Global\\_Risks\\_Report\\_2022.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2022.pdf). Acesso em: 27 jun. 2022.







Curso Executivo de  
Liderança Política  
pela Sustentabilidade

**A MUDANÇA DO CLIMA  
É A AGENDA POLÍTICA  
DO SÉCULO XXI**

